



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

TERCEIRA CAMARA

PROCESSO N° 10715-001692/93-92

hf

**Sessão de** 25 de maio de 1.99 **ACORDÃO N°** \_\_\_\_\_

Recurso nº: 116.281

Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Recorrid: ALF - AIRJ - RJ

**R E S O L U Ç A O N. 303-585**

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos,

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em converter o julgamento do recurso em diligência à Repartição de Origem, vencido o Odns. João Holanda Costa, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasilia-DF, em 25 de maio de 1994.

JOAO HOLANDA COSTA- Presidente

DIONE MARIA ANDRADE DA FONSECA - Relatora

CARLOS M. VIEIRA - Proc.da Faz. Nacional

VISTO EM  
SESSAO DE: **27 OUT 1994**

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Sandra Maria Faroni, Cristovam Colombo Soares Dantas, Romeu Bueno de Camargo, Francisco Rita Bernardino e Sérgio Silveira Melo. Ausente a Cons. Malvina Corujo de Azevedo Lopes.

MF - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE - TERCEIRA CAMARA  
RECURSO N. 116.281 - RESOLUÇÃO N. 303-585  
RECORRENTE : PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS  
RECORRIDA : ALF-AIRJ/RJ  
RELATORA : DIONE MARIA ANDRADE DA FONSECA

## R E L A T O R I O

A empresa foi autuada, pelo artigo 526, II, do R.A., por haver importado mercadoria do exterior sem guia de importação, resultante do fato da importadora não ter observado o prazo estabelecido na Portaria DECEX n. 8 e 15/05/91.

Em impugnação tempestiva é alegado que no Auto de Infração não contém assinatura do autuante como consta do artigo 10, inciso VI, do Decreto n. 70.235/72.

Alega ainda que com o fulcro do art. 138 da Lei n. 5.172/66, através do processo n. 10715-001655/93-66 fez a denúncia espontânea da infração. Que o auto lavrado seria, então, ilegal e nulo porque foi lavrado antes de proferida a decisão no referido processo.

Diz que não houve infração administrativa ao controle das importações, sujeita a penalidade constante do auto, uma vez que, de acordo com a Portaria Decex n. 15, "a referida importação poderia ser realizada SEM emissão prévia de GI ". Dessa forma, estando a importação amparada pela referida Portaria não pode ser penalizada por importar sem GI. Diz que a capitulação do auto deveria ser de outra natureza, qual seja, emissão de GI após o prazo de 40 dias estipulados na Portaria.

Entende que não há sanção prevista para a apresentação de GI fora do prazo previsto, e não havendo lei que defina a infração, a impugnante não pode ser penalizada.

Acrescenta ainda que o ato fiscal não permite ao contribuinte discernir qual o dispositivo legal infringido, já que os apontados nos autos são contraditórios e confusos, tornando-se um obstáculo à defesa.

Alega ainda que, até o pronunciamento definitivo sobre a denúncia espontânea formalizada no processo já citado, a impugnante não pode ser penalizada, pois, fazendo-o, seria puni-la valendo-se de meios ilegais.

Finalizando, salienta que a impugnante goza de situação peculiar por estar isenta de penalidades fiscais, de acordo com o art. 1. da Lei. 4.287/63.

Rec.116.281  
Ac.303-585

O AFTN autuante manifestou-se favorável ao prosseguimento da ação fiscal, visto ~~ter~~ a empresa deixado de cumprir o prazo estabelecido na Portaria Decex 8 e 15/91. Quanto a arguição de que o auto de infração não tem validade, uma vez que não contém assinatura do autuante (art. 10, inciso IV do Decreto n. 70.235/72), rebate dizendo que não procede o pedido de nulidade do procedimento, visto que a falta de assinatura no auto não influi na solução do litígio. Cita o artigo 32 e 60 do mesmo Decreto.

A decisão singular foi favorável ao fisco, com os seguintes fundamentos:

- que a importação de mercadorias sem guia de importação constitui infração administrativa ao controle das importações, de acordo com o art. 526, II, do R.A.;

- que a figura da denúncia espontânea é a característica da legislação tributária e só a ela se aplica. A esse respeito, dispõe o art. 1.º do Decreto-Lei n. 2.472/88, que alterou o art. 102 do Decreto-lei n. 37/66.

"Art. 102 - A denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do imposto e dos acréscimos, excluirá a imposição da correspondente penalidade.

Parágrafo 2. - A denúncia espontânea exclui somente as penalidades de natureza tributária".

A infração cometida pela autuada é de natureza administrativa, não podendo, portanto valer-se da denúncia espontânea para o fim de exclusão de responsabilidade;

- que também é incabível a pretensão de capitalizar a infração cometida no art. 522, inciso IV do R.A. Esse dispositivo legal é aplicado nos casos de infração ao Regulamento para o qual não esteja prevista pena específica. Tal não ocorre no presente caso.

- no que diz respeito à "situação peculiar" por estar amparada pela Lei 4.287/63 que lhe isenta de penalidades fiscais, diz que a pena cominada no auto de infração é de natureza administrativa, não podendo ser alcançada pela citada lei.

Em recurso tempestivo dirigido a este Colegiado, a PETROBRAS repete as mesmas argumentações oferecidas na fase impugnatória.

E o relatório.



V O T O

A Lei 5.026/66 criou o Conselho Nacional do Comércio Exterior, ao qual compete, entre outras atribuições, traçar as diretrizes da política de comércio exterior e adotar as medidas de controle das operações a ele relativas, quando necessárias ao interesse nacional. O controle administrativo das importações, antes exercido pela CACEX, depois pelo DECEX, hoje pela SECEX objetiva não só a implementação dessa política de comércio exterior, mas também fornecer elementos estatísticos que influirão na própria definição dessa política.

O controle das importações leva em consideração o volume (quantidade), valor, preço, etc., e tem em vista os reflexos que o comércio exterior produz na economia do País. Assim, ao conceder autorização para uma determinada importação, o órgão incumbido do controle administrativo das importações leva em conta, entre outras variáveis, a circunstância de ser ou não oportuno o ingresso daquela mercadoria, naquela quantidade, naquele valor, na economia interna.

Essa diretriz do controle administrativo é retratada com bastante nitidez na redação das Resoluções CONCEX n. 158/88 e 159/88, a seguir parcialmente transcritas:

"Resolução CONCEX n. 158, de 28.06.88

1 - SISTEMA ADMINISTRATIVO

1.1. As importações brasileiras são conduzidas através da emissão de guias de importação, pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) . . . . .

1.3. Poderá a CACEX

1.3.1. - Indeferir ou contingenciar importações que:  
a) originem a formação de estoques especulativos;  
b) caracterizem a manipulação de preços;  
c) causem ou ameacem causar danos à economia nacional;  
d) sejam originárias e/ou procedentes de países que discriminem as exportações brasileiras;

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. - A fim de monitorizar as importações a CACEX poderá adotar sistema de progra-

mas de importação.

"Resolução CONCEX n. 159, de 28.06.88

I - Nos programas especiais de importação destinados à complementação do mercado interno deverá o importador, após o vencimento da guia de importação, comprovar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a internação da mercadoria, junto à agência do grupo CACEX emissor da guia.

II - .....

Como se vê, a guia de importação é o instrumento que permite controlar a execução da política de comércio exterior. O ingresso de mercadorias na economia nacional sem a competente guia de importação impossibilita o controle e vulnera a execução da política de comércio exterior. E é por isso que a lei estabelece sanção para o fato: a multa prevista no art. 526, incisos I ou II, do Regulamento Aduaneiro.

No que se refere a partes, peças e acessórios para navios, barcos, aeronaves, locomotivas, máquinas, aparelhos e instrumentos em geral, a emissão do documento de controle, na vigência do Comunicado n. 204, era feita em duas fases. Previamente ao embarque era emitida uma guia genérica, a qual era complementada por relação especificativa, que podia ser emitida após ser a mercadoria submetida a despacho, e cuja não apresentação à repartição aduaneira ou apresentação fora do prazo previsto está capitulada como infração no inciso VII do art. 526 do Regulamento Aduaneiro.

A partir da Portaria DECEX 8/91 com a alteração da 15/91, a emissão do documento de controle daquelas importações passou a ser feita numa única fase. Tornou-se inexigível a emissão prévia de guia genérica a ser complementada pelo anexo discriminativo. O documento que poderia ser emitido após a importação deixou de ser uma parte da guia (o anexo discriminativo que complementava a guia), mas a própria guia em sua inteireza.

Todavia, a simplificação na emissão do documento de controle daquelas importações não significa que o mesmo possa deixar de ser emitido nem que, uma vez emitido, sua não apresentação no prazo não caracterize infração.

Em resumo as partes, peças e acessórios de que se trata podem ser importados sem a necessidade de emissão prévia de guia. Mas se a guia não for obtida, o fato será caracterizado como importação ao desamparo de guia, punível com a multa do art. 526, II, do R.A. Por outro lado, obtido o documento, sua não apresentação ou apresentação fora do prazo previsto configura a infração capitulada no inciso VII do art. 526 do mesmo Regulamento.

No presente caso, não ficou claro nos autos se a empresa obteve a guia para as importações de que se trata.

Voto, pois, pela conversão do julgamento em diligência por intermédio da repartição de origem, para que a recorrente seja intimada a informar se obteve, do órgão próprio, as guias para acobertarem as importações de que se trata, anexando cópia das mesmas.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1994.

lgl

*Dione Maria Andrade da Fonseca*  
DIONE MARIA ANDRADE DA FONSECA - Relatora